

LINGUISTAS E FILÓSOFOS: MANEIRAS DE FAZER TEORIA DA MENTE¹

“A lógica e as teorias do pensamento e da significação devem ser claramente demarcadas da psicologia”, Michael Dummett, *Origins of Analytical Philosophy*, p.23

“(…) a filosofia americana está, em grande parte, no mau caminho (…) a tendência geral é para ir na direcção do cientismo, o que me parece uma opção estéril”, Michael Dummett, entrevista a Fabrice Pataut, *disputatio*, 3

1. A revolução cognitiva e os seus pressupostos filosóficos

Que pontos de comunicação podem ser encontrados hoje nas investigações de linguistas e filósofos? Penso que linguistas e filósofos se encontram em torno da teoria da mente. É preciso recolocar temporalmente a questão: esta situação de que vou falar—o encontro de linguistas e filósofos em torno da teoria da mente—começou com o trabalho de Chomsky. O trabalho de Chomsky é usualmente apontado como um dos factores responsáveis pela revolução cognitiva em psicologia. Esta revolução teria eliminado o behaviorismo e o seu tabu do mental e do interior no estudo da

¹ Este texto foi objecto de uma apresentação pública na Universidade do Minho, a 9 de Abril de 1999, inserido num ciclo de encontros de linguística e filosofia. Agradeço à Prof^a Doutora Pilar Barbosa, do Instituto de Letras e Ciências Humanas da UM, o convite que me fez e a oportunidade de discussão pública que ele representou. Agradeço ainda ao Dr. João Alberto Pinto, da FLUP, por todas as sugestões e críticas que me foi fazendo, assim como pelo contacto com o seu próprio trabalho em filosofia da mente e em lógica.

cognição e do comportamento, e este teria sido o passo fundamental para a constituição do campo das ciências cognitivas, no qual hoje se encontram a linguística e a filosofia, mas também as neurociências, a psicologia cognitiva e a IA.

É importante defender aqui um uso alargado do termo “psicologia” para cobrir todo o estudo do mental e da cognição, ou todo o estudo de sistemas que se comportam². A oscilação dos termos “mente” e “cognição” entre aquilo a que podemos chamar o mental-natural e o mental-artificial é comum na literatura, e a hipótese da Inteligência Artificial forte³ (i.e. a ideia de que poderá vir a existir uma “simulação” de inteligência consciente que será não apenas um modelo mas uma replicação do fenómeno, dada a hipótese de a existência física da inteligência consciente ser um fenómeno de organização), é um limite teórico sempre presente. Como diz David Chalmers, um filósofo australiano, professor na Universidade da Califórnia (Santa Cruz), a hipótese da IA forte supõe (a existência de) “uma classe não vazia de computações tal que a implementação física de qualquer computação dessa classe seria suficiente para a existência de um mente e em particular de uma mente consciente”⁴. A ideia de implementação conduz segundo Chalmers ao princípio da invariância organizacional⁵ que sustenta a IA forte. As ciências cognitivas correspondem afinal, elas próprias, à abertura de um campo teórico transversal em que “o cognitivo” e a

² Talvez mesmo da cognição como *natural kind*, por oposição por exemplo à consciência. Para esta consideração da cognição como tipo natural por oposição à consciência, cf PYLYSHYN, Zenon, *Computation and Cognition*, Cambridge, MA, 1984, What is cognitive science the science of?, p. 257

³ Cf. a terminologia de John SEARLE para a distinção entre IA forte e fraca em SEARLE, 1998

⁴ CHALMERS, David, 1996, p.314

⁵ O problema é saber, dado o surgimento da consciência a partir do físico, em virtude de que tipo de propriedades ela surge. Se se supuser que o substracto químico ou quântico do cérebro são irrelevantes para a produção de consciência, a sugestão acerca dessas propriedades apontará para uma organização funcional como padrão abstracto de interacção causal entre partes do sistemas e entre estas e inputs e outputs externos. Segundo o principio da invariância organizacional, dado qualquer sistema que tenha experiência consciente, qualquer outro sistema que tenha a mesma organização funcional terá experiências qualitativamente idênticas, podendo ser deixada inespecificada a natureza dos componentes e estados dessa organização funcional. De acordo com o princípio, a consciência é um invariante organizacional Cf CHALMERS 1996, p.247

sua caracterização se tornam de certo modo independentes do facto de essa cognição ser natural ou artificial. Considero que esta *indistinção entre natural e artificial* no estudo de sistemas físicos capazes de comportamento racional, inteligente, apropriado⁶, que é obviamente problemática, é constitutiva do campo, e que a hipótese segundo a qual a cognição depende da existência de Sistemas Simbólicos Físicos (na expressão de A. Newell e H. Simon), hipótese que permite o transporte dos resultados obtidos no estudo de algoritmos para o estudos de sistemas físicos, é uma hipótese matricial⁷.

A origem da ideia de mente computacional, por cuja introdução na linguística Chomsky foi responsável, pertence à história da lógica e teve como apoio uma noção do lógico e matemático inglês Alan Turing, a noção de Máquina de Turing Universal⁸. Pode-se dizer portanto que foi a conjugação de resultados lógicos com a vontade de uma solução materialista para o *mind-body* problem, que preparou o terreno para a formulação da hipótese fundadora dos Sistemas Simbólicos Físicos.

⁶ Cf DESCOMBES 1995 pp.194-203: Descombes nota, analisando as conferências de Herbert Simon sobre as “ciências do artificial”, que o que está aí em causa não é uma saída das ciências da natureza (“o artificial não se opõe ao natural como um reino a um outro mas como um ponto de vista a um outro. Tudo o que é artificial é igualmente natural e deve receber em ultima análise uma explicação física”); o que está em causa é a consideração de sistemas segundo uma interface dentro/fora e a racionalidade/adaptatividade/carácter apropriado dessa interface, i.e. aquilo a que se poderia chamar *teleologia*. Um sistema natural pode então, como é óbvio, ser também analisado de acordo com estes parâmetros. O que interessa é que no centro da descrição estejam finalidades que “liguem” o sistema interno ao externo. Cf também Herbert SIMON, *The Sciences of the Artificial*, Cambridge MA, MIT Press, 1969. Herbert Simon inclui a psicologia, definida como ciência dos “*behaving systems*”, nas ciências do artificial. Essa inclusão deve ser vista em contraste por exemplo com a neurofisiologia do (mesmo) sistema, que se reporta exclusivamente ao meio interno e não à interface. Vincent Descombes interpreta a descerebralização da mente, da inteligência, e da racionalidade que sai da abordagem de Simon considerando (citando Aristóteles, *As partes dos animais*) que se trata aqui de casos nos quais a natureza formal tem mais importância do que a natureza material, cf. p.214

⁷ Cf. MIGUENS, Sofia,1995, p.387. A ideia de Sistemas Simbólicos Físicos foi considerada por A. Newell e H.Simon e os seus colegas em Carnegie-Mellon a ideia nuclear da área das ciências dos computadores. A existência de um *sistema simbólico físico* seria necessária e suficiente para levar a cabo *acções inteligentes*.

⁸ Uma MT é um autómato abstracto, sem especificações quanto à realização física de estados internos e transições de estados. Mas estes têm obviamente que existir. Uma MT universal pode simular qualquer máquina de Turing . As MT's são capazes de executar qualquer função computável

A hipótese dos Sistemas Simbólicos Físicos corresponde ao que os filósofos (e não só) chamam a *Teoria Representacional Computacional da Mente*, a qual supõe que uma explicação cognitiva é uma explicação científico-natural que é computacional e representacional.

A ser assim, deverá existir um nível independente, autónomo, dos sistemas físicos (por exemplo dos cérebros) descritível através de noções a que podemos chamar latamente noções de linguagem, noções simbólicas, como representações e computações. Esse nível é o âmbito do cognitivo. Dada a autonomia da caracterização, pode mesmo pôr-se a hipótese de essas descrições serem implementáveis noutras realidades materiais (esta é a ideia da realizabilidade múltipla)⁹.

A teoria da linguagem de Chomsky é frequentemente considerada como tendo sido em parte responsável pela própria gênese deste campo teórico transversal das ciências cognitivas. É por vezes apontado como um marco inicial na constituição deste campo o encontro de 10-12 de Setembro de 1956 do Institute of Radio Engineers do MIT, um encontro sobre teoria da informação, no qual participaram Allen Newell e Herbert Simon, George Miller e Noam Chomsky¹⁰, simbolizando uma relação de disciplinas nucleares no campo, respectivamente a IA, a psicologia cognitiva, e a linguística e apresentando respectivamente os seguintes *papers*: *The Logic Theory Machine*, *The Magical Number Seven, Plus or Minus Two*, e *Three Models for the Description of Language*.

Acerca de duas destas disciplinas nucleares das ciências cognitivas, diz Herbert Simon: “A linguística e a IA tiveram relações cordiais desde então e ainda bem pois assentam conceptualmente numa mesma visão da mente humana”¹¹. A afirmação é obviamente contestável, mas o ponto aqui é a partilha de uma visão teórica determinada daquilo que constitui o mental, visão que tentarei esclarecer. Como disse, o encontro de 1956 do *Institute of Radio*

⁹ Para a hipótese da realizabilidade múltipla que acompanha o funcionalismo e a sua contestação à Teoria da Identidade exponenciada por exemplo por Smart e Armstrong, cf KIM, 1996, cap. 3, *Mind as the Brain*, e cap. 4, *Mind as a Computer*

¹⁰ Para descrições da importância desse encontro, cf GARDNER, 1985, p. 28 e DENNETT, 1995, p. 384

¹¹ SIMON, Herbert, *The Sciences of the Artificial*, Cambridge, MA, MIT Press, 1969, p. 47. Cf comentário in DENNETT; 1995, p. 385

Engineers é um marco do campo das ciências cognitivas, campo no qual hoje muitos filósofos da mente situam o seu trabalho¹². Dado o seu papel central na revolução cognitiva em teoria da mente, Chomsky provocou um abalo na filosofia e foi e continua a ser muito importante para muitos filósofos (como Quine, Putnam, Fodor, Dennett, Searle, etc.)¹³ Estou a falar sobretudo da filosofia analítica contemporânea, da filosofia americana, e mais especialmente da *philosophy of mind*, que frequentemente se considera a si própria como tendo como problema central a questão dos fundamentos da ciência cognitiva - sendo portanto uma filosofia da psicologia, se pudermos entender esta como natural ou artificial.

As hipóteses de Chomsky acerca da linguagem e da mente, eram, quando apareceram, muito ousadas, e iam contra grande parte da ortodoxia dominante em filosofia na altura, pois prescreviam um estranho “objectualismo” mental naturalista que não parecia compatível com teses pragmatistas muito difundidas, que consideravam injustificada qualquer referência ao “interior” no tratamento da significação e compreensão linguísticas. Pense-se por exemplo na famosa tese wittgensteiniana das *Investigações Filosóficas* segundo a qual “O significado é o uso” e compreender uma palavra é um domínio (*mastery*) no seio de um jogo de linguagem no qual ela entra em cena. Esta tese indica, obviamente, como método para a teoria da mente e da significação um olhar voltado para as práticas e não “para dentro da caixa” como Chomsky recomenda, e portanto uma exteriorização e não uma interiorização da teoria da linguagem e do mental.

Mas o que é este estranho objectualismo interiorista de Chomsky? De que fala Chomsky? Desde *Syntactic Structures* (1957)¹⁴ a *The Minimalist Program* (1995) Chomsky fala de regras e

¹² O trabalho de alguns filósofos tornou-se por isso um trabalho “impuro”, na expressão de Dennett (cf DENNETT, 1998, p.366) isto é, um trabalho que não se limita ao apriorismo do *armchair knowledge*, mas conjuga análise conceptual e ciência empírica, seja esta psicologia cognitiva, neurociências ou IA. Pense-se por exemplo em filósofos como Jerry Fodor, Paul e Patricia Churchland, Andy Clark. Para Dennett, esse trabalho impuro do filósofo é um reconhecimento do facto de que os problemas filosóficos mais desafiadores e pertinentes surgem da proximidade com as ciências

¹³ Cf. DENNETT, 1995, p.385. Dennett relata ter perguntado, em 1960, a Quine, a quais dos críticos deste último deveria dedicar-se. Quine imediatamente lhe sugeriu Chomsky.

¹⁴ Referido em PUTNAM 1960 como exemplo

representações, realistamente consideradas, através de uma teoria formalizada e afirma que isso é a nossa mente, (uso o palavra realismo no sentido filosófico de existência independente do pensamento e da descrição).

Esta investigação de Chomsky é uma investigação empírica naturalista— que considera que a linguagem é uma parte do mundo natural¹⁵ por acaso com propriedades não usuais nos sistemas biológicos, nomeadamente a infinitude discreta, mas ainda assim parte do mundo natural—e uma investigação feita à maneira de Galileu—i.e, assim como a física moderna concede mais realidade aos modelos matemáticos do que ao sensorialmente percebido, a investigação linguística chomskyana concede mais realidade aos modelos formais de um fenómeno do que ao “sensorialmente” percebido, digamos, neste caso, aos acontecimentos de língua-E. Aliás, a própria divisão chomskyana entre Língua-I¹⁶ e Língua-E indicia já o foco da atenção que é o interior, a generatividade como propriedade de uma entidade formal, uma gramática, e não tanto os eventos exteriores de enunciação, os acontecimentos.

Por isso Chomsky é, como teórico, rigorosamente revolucionário. Aparece como um humanista, um professor de linguística, que faz ciência natural e estuda um sistema físico, o cérebro humano, com todas as ambiguidades que advêm deste desvio das humanidades para a ciência natural, desvio que torna possíveis contestações que ainda hoje os linguistas “formais” devem sentir a partir de colegas voltados para o lado mais artístico do que científico do trabalho sobre a linguagem.¹⁷

Os filósofos, enquanto epistemólogos e metafísicos da mente, imediatamente pretenderam esclarecer os pressupostos desta investigação empírica naturalista, feita por Chomsky e outros cognitivistas (como Allen Newell, Herbert Simon, Marvin Minsky, ou mais recentemente Philip Johnson Laird, David Marr, etc, para dar

¹⁵ Cf CHOMSKY, 1995, pp 167-168

¹⁶ Estados da mente-cérebro por contraposição a eventos externos

¹⁷ Steven PINKER, em *The Language Instinct*, descreve a teoria de Chomsky como uma importante e necessária demonstração das inconsistências daquilo a que chama “the standard social science model”, um dos fundamentos da vida intelectual do século 20, segundo o qual tudo o que é mental e humano é resultado da cultura (cf. p23). Este modelo encontraria supostamente apoio por exemplo na “relatividade linguística”, tal com esta foi defendida sob o nome de tese de Sapir-Whorf, por exemplo.

alguns exemplos de autores que trabalham em modelos computacionais para a cognição, em áreas diversas desde a linguagem, à visão, à decisão racional, etc.).

Chomsky, mais familiar, penso, aqui, é um exemplo central daquilo a que a partir da filosofia interessa chamar o cognitivismo simbólico. A revolução cognitiva iniciada por Chomsky foi acompanhada por hipóteses filosóficas materialistas – hipóteses de filosofia das ciências naturais – neste caso hipóteses acerca do lugar da mente na natureza, que procuraram conceber como é que tem que ser o mundo para haver mente tal como Chomsky a descreve. Essas hipóteses são fundamentalmente o funcionalismo, o representacionalismo e o computacionalismo.

Em termos de filosofia, o responsável por esse trabalho pioneiro foi o filósofo Hilary Putnam, em textos fundadores como *Minds and Machines*, (1960) onde se expõe o chamado funcionalismo das Máquinas de Turing, ligado a contestação à teoria da Identidade entre Estados Mentais e Estados Cerebrais (esta seria uma posição materialista-paroquial, demasiado humana, quanto ao *mind-body problem*) ou *Psychological Predicates* (1967), depois intitulado *The Natural of Mental States*.

Do ponto de vista funcionalista, um teórico da identidade confunde estados do *hardware* com estados lógicos, que são o que está em causa no mental (por exemplo quando está em causa o estatuto teórico da afirmação empírica “A dor é estimulação das fibras C”). Além de defender a caracterização dos EM’s como estados lógicos e não estados físicos, Putnam argumenta contra o fisicalismo dos tipos (que a Teoria da Identidade supõe¹⁸), e defende a ideia de

¹⁸ A identidade dor-fibras C seria uma identidade teórica, descoberta empiricamente, como “A água é H₂O” ou “A SIDA é infecção pelo HIV”. Identidades deste género, cientificamente relevantes, dizem o que uma coisa *realmente* é. Estas identidades podem ser formuladas em termos de eventos. Decidir como considerar teoricamente eventos é então um problema ontológico básico e prévio. Os eventos podem ser considerados como particulares básicos concretos do mundo, inanalísáveis, ou particulares estruturados em propriedades, objectos, tempos. No último caso um evento seria uma instanciação de uma propriedade por um objecto num tempo t. O fisicalismo dos tipos, que é a maneira natural de formular a teoria da identidade, afirma que “Tipos de eventos mentais são tipos de eventos físicos”, considerando que um evento é uma instanciação de uma propriedade por um objecto num tempo. Um evento mental é a instanciação de uma propriedade mental por um objecto num tempo t; um evento físico a instanciação de uma propriedade física por um objecto num tempo t. A identidade deve ser pensada aqui.

realizabilidade múltipla: as propriedades mentais (por exemplo a dor) realizadas nos humanos (por exemplo por activação das fibras-C) podem ser noutros seres físicos realizadas em mecanismos diferentes, com propriedades físicas diferentes. A caracterização do mental não tem por que incluir constrangimentos quanto ao sistema físico que deve realizá-lo.

Para compreender o teor do funcionalismo pense-se: se Chomsky diz continuamente que estuda o cérebro, porque é que não fala de neurónios, neurotransmissores, neuroanatomia? E porque é que não lhe interessa referir o falante como ser consciente? Chomsky não fala nem do cérebro nem da consciência porque fala daquilo que é feito informacionalmente e computacionalmente pelo cérebro, e não da máquina que faz nem da presença em consciência desse fazer. A separação hardware/software é central aqui (como diz a palavra de ordem cognitivista, a mente está para o cérebro como o software para o hardware). É uma questão de níveis: grosseiramente poder-se-ia afirmar que o nível simbólico-computacional no qual Chomsky está interessado está “entre” a neurofisiologia – é realizado por ela – e a consciência—porque constrange a forma dos estados mentais linguísticos pelo quais intencionamos conscientemente o mundo. (Uso aqui “intencionar” no sentido filosófico de *aboutness* e não como voluntaridade).

Segundo a concepção funcionalista do mental, o facto de um sistema ter mente está ligado à realização por esse sistema de uma determinada organização funcional, organização essa que corresponde à descrição informacional-computacional do sistema físico, que é uma descrição do que o sistema *faz* (mas não temos que afirmar que sabe conscientemente que faz, ou que se faz fazer voluntariamente). Este é o lugar filosófico da linguística generativa. E visa um módulo¹⁹ da mente, um módulo inato e autónomo em relação ao resto da cognição, chamado *Language Acquisition Device*. Há portanto uma faculdade de linguagem cujo estado inicial seria teorizado pela Gramática Universal e cujo estado final mais ou menos rígido, fixado, num humano adulto seria teorizado pelas gramáticas das línguas que modelizariam uma Língua-I, “*cognized*” pelo falante. Há portanto um subsistema do cérebro para a linguagem, um órgão-mental que é um órgão-programa, em grande parte inatamente determinado, sendo a aquisição de linguagem um

¹⁹ - Um módulo é um sistema informacionalmente isolado

processo de determinação de algo já presente, por exemplo dos valores dos parâmetros (princípios abertos que só são ligados com o desenvolvimento da Faculdade de Linguagem). Como Chomsky diz, “*Language* (embora seja inata, *wired-in*) *is a network, not completely wired-up at birth*”²⁰.

Esta é a mente computacional estudada pela linguística. Vou esquematizar agora o problema mais geral da Teoria Representacional-Computacional da Mente (TRCM), cuja necessidade em linguística Chomsky mostrou, tal como ele aparece aos filósofos. Vou tomar aqui como guia um filósofo e psicólogo americano que trabalhou com Chomsky no MIT nos inícios dos anos 60, Jerry Fodor.

O ponto de partida da teoria é o facto de parecerem existir estados cuja inserção é problemática numa psicologia materialista, i.e., na teoria da mente que parte do estudo do cérebro como sistema físico. Esses estados são os estados mentais conscientes, intencionais e racionais. No entanto a inserção não pode deixar de ser feita, uma vez que se está a fazer ciência natural, i.e., não se pode simplesmente pressupor que os EM's são conscientes, intencionais e racionais sem se os inserir num mundo cuja descrição mais básica cabe à física. Considerar que não há propriedades mentais sem propriedades físicas, i.e., que não há objectos puramente mentais, é o primeiro mandamento do fisicalismo na teoria da mente.

O facto é que nós nos descrevemos e explicamos uns aos outros (e a nós próprios) em termos mentalistas (quando dizemos por exemplo: ele fez A porque desejava que B e pensava que se A então: “o João levantou a mão porque queria agarrar o copo e pensou que se levantasse a mão então poderia agarrar o copo”). A isto chama-se *folk psychology*, psicologia do senso comum e na maior parte das vezes não temos sequer que a formular explicitamente, seria até absurdo que o fizéssemos (como é absurdo no caso do exemplo que dei). É claro que nós compreendemos imediatamente os humanos e as suas acções voluntárias, racionais e com sentido, compreendemos movimentos físicos de corpos humanos mediante estas descrições/explicações mentalistas. Nós somos animais mentalistas. Aliás, estaremos mal se o não formos: os psicólogos falam por exemplo do autismo como *mindblindness*. A não prática do mentalismo é um défice cognitivo, uma patologia.

²⁰ - CHOMSKY, in DANCY, 1994

A *folk psychology* funciona, nós somos bons a praticá-la, mas isso não garante de modo nenhum o estatuto científico destas atribuições, porque o que acontece é que o comportamento das pessoas, que são sistemas físicos, biológicos, está a ser explicado, previsto e compreendido por referência aos conteúdos das suas crenças e desejos. No entanto, “conteúdo” não é uma noção da física ou da biologia, parece antes uma noção semântica. Daniel Dennett diria que uma máquina semântica é uma impossibilidade física - muito embora nós nos tratemos *como se* fossemos máquinas semânticas, i.e. “movidos a pensamentos, a conteúdos”, nada no mundo se move por causa do conteúdo, nem sequer as partes do nosso cérebro (em última instância, as células do nosso cérebro “agirão” sempre como células por exemplo degenerando com doença de Alzheimer, sem quererem “saber” do que pensamos com elas...).

Entre os poderes “causais” desses estados com conteúdo parece estar o poder de causar outros estados com conteúdo, no que chamamos inferências, movimentos de pensamento. Estas inferências são (mais ou menos) racionais e responsáveis pelos nossos comportamentos. Então, coisas semanticamente avaliáveis, coisas que podem ser verdadeiras e falsas, fazem coisas acontecer, comportamentos, e inclusive movimentos de pensamento. Mas como é que uma explicação assim dos sistemas físicos que nós somos—uma explicação que supõe estados semanticamente avaliáveis com poderes causais—pode funcionar? Como nota Fodor²¹, as proposições são semanticamente avaliáveis, mas não supomos que tenham poderes causais, elas são entidades abstractas. Por outro lado um gato ou uma mesa têm poderes causais mas não são semanticamente avaliáveis...O mental é esta parte do mundo para cuja teoria precisamos de ambas as coisas – ser semanticamente avaliável e ter poderes causais (esclareça-se que o problema só ganha esta forma numa teoria materialista da mente—também poderíamos dizer que pensamento e vontade não são físicos – mas o facto de nos termos envolvido num inquérito naturalista quanto à mente traz certas obrigações).

Como diz Fodor, “Aí estava o problema até Alan Turing ter tido o que eu suponho que foi o melhor pensamento acerca de como a

²¹ Fodor, Fodor, in DANCY 1994.

mente funciona que alguém teve até agora”²². Turing pensou numa máquina manipuladora de símbolos cujas mudanças de estado fossem provocadas pelas propriedades materiais dos símbolos sobre os quais operam. Historicamente essas Máquinas de Turing, que eram objectos abstractos, e especificamente as Máquinas de Turing Universais, uma vez fisicamente realizada, vieram a ser os “computadores”. A ideia de Turing subjaz à intuição cognitivista de que tenho vindo a falar. Ela dá conteúdo teórico ao nível autónomo da explicação psicológica (por oposição a neurofisiológica ou outra) numa teoria naturalista da cognição. Com ela, poderemos ter uma teoria da implementação para leis intencionais, poderemos ter uma psicologia materialista. Daí o facto de Alan Turing ser um dos “heróis” das ciências cognitivas e o facto de o funcionalismo ter sido originalmente formulado por Putnam em termos de Máquinas de Turing²³.

As hipóteses do funcionalismo, representacionalismo e computacionalismo esclarecem o alcance epistemológico da teoria naturalista de Chomsky e da TRCM em geral. A investigação de Chomsky em gramática generativa é então filosoficamente um funcionalismo, representacionalista e computacionalista, e tem como objectivo fazer ciência natural de um módulo da mente humana, um módulo informacionalmente isolado às crenças e aos seus conteúdos conscientes. Esse problema da linguagem é um sub-problema específico do problema filosófico do estatuto de qualquer psicologia materialista, que é o problema de Jerry Fodor. Aliás, a ideia de modularidade, que insere segundo Chomsky a faculdade de linguagem na mente/cérebro (a faculdade de linguagem é um módulo da mente) é outra das ideias filosoficamente importantes do cognitivismo e faz-nos considerar o cérebro como naturalmente especializado, como um *team* de especialistas, trabalhando isoladamente e compartimentadamente nas suas tarefas. Daí que outro problema filosófico que aqui surge seja o da união da vida mental sustentada fisicamente por um cérebro num eu-consciente. Tudo nos diz que é estranho que tenhamos uma vida mental consciente unificada: sendo o cérebro como é, uma associação de agências independentes, poderíamos estar sempre à beira da

²² Jerry FODOR, in DANCY 1994, p.296

²³ Hoje será mais usual caracterizar o funcionalismo em termos de papéis causais-funcionais

disrupção. Que sejamos unificados, que sejamos UMA pessoa consciente, é outro dos problemas da filosofia da mente.

Em suma, Chomsky trouxe a teoria do mental “para dentro”. Podemos chamar a isso mentalismo por oposição ao behaviorismo dominante na psicologia e filosofia americanas até aos anos 50/60. Mas o mentalismo (funcionalista e por isso materialista) característico das ciências cognitivas não envolve qualquer apelo a estruturas estranhas ao mundo físico. Embora se fale do “dentro” não há aqui nenhuma interioridade imaterial, nenhuma *res cogitans* cartesiana, identificável com uma alma. Isto embora a expressão “*Cartesian Linguistics*”, usada por Chomsky, seja ambígua. Mas o que pessoas como Chomsky e Fodor vêm de bom no cartesianismo é o reconhecimento de EM’s e a livre atribuição a estes de poderes causais. Isto é, o que eles partilham com Descartes é uma repugnância pela ideia empirista de tábua rasa para falar do mental.

A ideia de tábua rasa é hoje, aliás, no mínimo cientificamente ignorante dada a sofisticada especialização que se encontra num cérebro humano. A originalidade de Chomsky como um dos pais da revolução cognitiva foi ter dado uma teoria para a especificidade desse inatismo biologicamente incontornável, admitindo estados da mente/cérebro que sustentam algo de semelhante à dedução, i.e. computações de representações abstractas segundo regras. Esses estados e processos da mente/cérebro seriam O objecto da linguística. A este objecto pode-se chamar a mente computacional. Aquilo que se procura caracterizar é uma máquina simbólica física: um humano, ou pelo menos a sua faculdade de linguagem, é, neste quadro, uma máquina simbólica física.

2. Alguns problemas da chegada da estratégia da objectividade ao lugar físico da subjectividade

A proposta de Chomsky, a que chamei cognitivismo simbólico, é a proposta de uma naturalização da significação via a dimensão formal, algorítmica, dos fenómenos de linguagem. A ideia é ver as linguagens naturais à imagem das linguagens formais e considerar que se está a falar do cérebro, ao nível representacional-computacional.

Para a filosofia da mente e a filosofia da ciência este é o lugar do problema: estamos perante a chegada da “estratégia da

objectividade” (na terminologia do filósofo Thomas Nagel²⁴), que começou com a física, no século 17, à mente/cérebro como parte da natureza. É óbvio que aquilo que as ciências cognitivas hoje fazem é física, biologia, matemática, da mente/cérebro. Teorias como a teoria matemática dos sistemas dinâmicos, a física quântica, a neurobiologia são hoje todas convocadas para o estudo da cognição.

Em suma, o círculo fechou-se. O pensador estuda as condições físicas, naturais, do seu próprio pensamento com a mesma estratégia bem sucedida que tem sido usada em relação ao resto da natureza. Só que até agora ficava sempre de fora qualquer coisa, a que se chamava o sujeito, o observador, a alma, e que seria o autor do pensamento. Ainda assim, como T. Nagel nota sempre, nós não podemos pensar o pensamento totalmente a partir de fora, como se não existíssemos e não se tratasse de nós. Nem na física, nem numa teoria física de um sistema cognitivo e consciente: mesmo a física – o melhor exemplo de *View From Nowhere* para Nagel – é pensamento humano e não uma identificação com a realidade em si. Sendo teoria, é feita em 1ª pessoa, mesmo que se trate de uma 1ª pessoa des-psicologizada.

Será então sequer pensável uma naturalização total do pensamento, da mente enquanto sujeito pessoal, consciente, sujeito de acção voluntária, sujeito de ciência? Será que é possível uma teoria da primeira pessoa em terceira pessoa (como todas as teorias científicas) - uma “teoria externa do mental” como Thomas Nagel considera ser por exemplo o funcionalismo de que atrás se falava?

Vou concretizar o tipo de restos e impedimentos que podem aparecer aqui, *malgré nous*, i.e. mesmo dada a aceitação sem problemas do fisicalismo, mesmo aceitando que não há propriedades mentais sem propriedades físicas.

Voltando a Chomsky, o facto de o ponto de referência da gramática generativa ser o individuo isolado coloca o problema a que o próprio Chomsky chama “o problema de Wittgenstein”²⁵ e que considera ser a mais interessante crítica ao enquadramento conceptual da gramática generativa. Segundo Chomsky, é possível caracterizar como regras os processos da mente/cérebro de um

²⁴ A objectividade é para Nagel um método do entendimento. Só secundariamente podemos chamar objectivas às verdades atingidas, cf Nagel, 1986, p. 4.

²⁵ Cf CHOMSKY 1986.

indivíduo isolado. Os Princípios e os Parâmetros podem ser considerados como regras neste sentido. É suposto então que o indivíduo está a seguir regras “privadamente”.

Wittgenstein é conhecido por ter contestado esta possibilidade. A ideia de seguir-regras é uma peça fundamental da teoria wittgensteiniana da compreensão e da linguagem, e por isso é importante compreender as razões da posição de Wittgenstein quando se faz teoria da mente e da linguagem.

Ele diz no parágrafo 202 das *Investigações Filosóficas* que “Pensar que se está a obedecer a uma regra não é obedecer a uma regra”. E conviria ler esta afirmação como: “NÃO É POR SE PENSAR que se está a obedecer a uma regra ... que se está a obedecer a uma regra”. I.e., o ser-regra da regra, o funcionar-come-regra não é uma questão ao nível do indivíduo, da sua voluntariedade ou consciência. “Portanto não é possível obedecer a uma regra privadamente. Caso contrario, pensar que se estava a obedecer a uma regra seria o mesmo que estar a obedecer a essa regra”.

É essencial ao cognitivismo simbólico a analogia entre os mecanismos cerebrais cognitivos e o funcionamento de um programa numa máquina simbólica, que pode ser expressa pela noção “seguir-regras”. Mas Wittgenstein não poderia aceitar essa analogia.

Os filósofos desenvolveram uma verdadeira indústria em torno deste problema de seguir regras (e do problema que o acompanha, o problema da linguagem privada). Constituem marcos centrais desta discussão as próprias *Investigações Filosóficas* e (Kripke, 1980), *Wittgenstein on Rules and Private Language*.²⁶ Esta “indústria” deve-se ao facto de este não ser apenas um problema de teoria da linguagem, mas um problema de teoria do conhecimento e da ciência, da possibilidade do pensamento em geral.

Para Wittgenstein significar e compreender não podem ser considerados como estados ou processos. Quando pressupomos que o são já decidimos tudo e decidimos mal. Mas, como vimos, os cognitivistas necessitam exactamente de estados e processos mentais.

Afinal o que é seguir uma regra? Ou melhor, a verdadeira questão é: será que “regra” é o tipo de conceito que pode ser usado

²⁶ Por acaso Kripke pensa que no citado § 202 o problema da linguagem privada já está resolvido. Cf. ZILHÃO 1993

numa explicação naturalista, em terceira pessoa?²⁷ Se a minha observância de regras é cega como Wittgenstein pensa ser o caso (cf §219, I.F) e Chomsky concede, se por exemplo no uso de conceitos ou no uso de uma palavra para nomear vermelho, seguir uma regra não é um saber que eu possuo e sou capaz de explicitar, mas antes uma prática impenetrável ao (suposto) agente, se a compreensão de “vermelho” não é um estado mental consciente prévio, com uma dada duração, do qual brotam as aplicações linguísticas, se não há o processo abstracto “regra” além da prática observada, que razões restam para afirmar que é uma regra aquilo que está a acontecer fisicamente no cérebro do indivíduo?

Para Wittgenstein, ao contrário da pretensão implícita na atribuição da observância privada de regras, as atribuições de observância de regras a indivíduos (para descrever a significação e a compreensão) são legítimas apenas no contexto de uma comunalidade de respostas e práticas numa comunidade. O ponto é claro: “regra” é um conceito para uma descrição exteriorizada e social do mental, para uma descrição do pensar e do falar como um *fazer*, e não para uma descrição individualista/mentalista do que se passa num cérebro. Mas, como se sabe, Chomsky diz assumidamente que o seu conceito de linguagem é internalista, individualista, diz respeito a estados do cérebro de um indivíduo, a sua teoria da linguagem é um mentalismo em 3ª pessoa²⁸.

Pode-se mesmo dizer que fazer asserções factuais acerca de regras que estão a ser seguidas sem serem conscientes é, dado o compromisso naturalista, a própria finalidade da gramática generativa e sabemos que Chomsky pensa que a resposta comunitarista wittgensteiniana não acrescenta nunca nada ao conhecimento acerca dos “factos acerca da mente/cérebro de Jones” que interessam o linguista.

Possivelmente os aspectos da linguagem que estão a ser teorizados por Chomsky e Wittgenstein são diferentes. Chomsky fala da fisicalidade da sintaxe, Wittgenstein persegue o problema “como é que alguma coisa pode significar alguma coisa” e é conduzido à externalização do problema semântico. Mas será que mesmo a sintaxe cuja implementação Chomsky procura descrever de modo funcionalista é uma noção física? Não será o facto de falar de “regras

²⁷ Cf ZILHÃO, 1993, p.172

²⁸ Cf CHOMSKY, in DANCY 1994

que estão a ser seguidas privadamente” mais um dos aspectos da metáfora do homúnculo que John Searle considera endémica no cognitivismo²⁹?

O que é que há aí de metafórico? Metafórico é o facto de se descrever como se fosse em terceira pessoa aquilo que só é “visível”, só existe, mediante a presença de um observador (e um observador é coisa que obviamente não está lá, no cérebro, logo não poderia haver regras ou símbolos como há neurónios e iões). Para Searle, assim como a sintaxe não é suficiente para a semântica, (e o ponto da célebre experiência mental do Quarto Chinês é desmentir este pressuposto cognitivista), a física não é suficiente para a sintaxe (pois é preciso um observador para considerar um processo físico como sintáctico).

Em suma, a legitimidade ou não do conceito de regra para processos físicos na mente/cérebro do indivíduo inacessíveis à consciência é um conflito nuclear na fundamentação conceptual do programa generativista (o que que pensariamos do neurocientista que diz que as bombas iónicas na membrana dos neurónios “seguem regras” deixando passar selectivamente iões de sódio e cálcio?) Searle diria que em termos de cognição há o cérebro, há a consciência, mas não há nenhum nível algorítmico intermédio a não ser que não queiramos abdicar do antropomorfismo. A TRCM seria então um último reduto do antropomorfismo que foi sendo expulso de todo o conhecimento do mundo físico e biológico pela estratégia da objectividade. Quando esta chegou ao lugar suposto do *antropos*, o antropomorfismo ter-se-ia lá finalmente entrincheirado. Todos os termos do cognitivismo como pretensa ciência natural (termos como “símbolo”, “algoritmo”, “representacional”, “computacional”) seriam assim falaciosos. Searle pensa que a ideia de uma sintaxe realizada fisicamente no cérebro, noção sem a qual a ideia cognitivista colapsa, é insustentável pois “sintaxe” não é uma noção física como massa ou gravidade, que podemos considerar existirem no mundo independentemente de nós. Alguma coisa só é sintáctica aos olhos de um observador (e portanto os nossos olhos vão ilegitimamente connosco quando “descemos ao cérebro” – onde não há obviamente ninguém—e dizemos: isto é sintáctico). Este é um problema acerca de causas versus normas ou regras na descrição do mental e, como se

²⁹ Cf SEARLE 1998, *Crítica da Razão Cognitiva*, p.229

viu, o problema é o envolvimento de qualquer coisa como consciência ou “sujeito” na noção de regra, por mais que a intenção de Wittgenstein tenha sido dar uma descrição externalista do que é pensar e falar como *fazer* alguma coisa³⁰. Mesmo que esse “sujeito” não seja a interioridade cartesiana – não o é certamente para Wittgenstein nas *Investigações*—uma descrição baseada em regras precisamente não é causal e em 3ª pessoa. A noção de regra é então uma noção normativa por oposição a causal (no sentido em que podemos dizer que na ética e no direito há normas e não vamos dizer o mesmo da física ou da neurofisiologia. Se a noção de regra é necessária para pensar sobre linguagem e significação, podemos argumentar que isso se passa porque é errado pensar na linguagem e na significação em termos totalmente naturalistas.

Repare-se que a origem deste problema do carácter homuncular das descrições cogitvistas é fácil de ser seguida: se um lógico ou um teórico da computação podem usar à vontade noções como sintaxe e semântica, a partir do momento em que a inspiração lógica é transportada para o estudo de um sistema físico, espaço-temporal, o uso dessas noções já tem que ser justificado.

Este é o primeiro problema dos pressupostos filosóficos do programa chomskyano. Vou referir dois outros problemas. Em geral podemos dizer que os *qualia* (as qualidades subjectivas do experienciar conscientemente, ligadas ao *what is it like to be x?*, na expressão celebrizada por T. Nagel) e a semântica são os grandes excluídos de uma visão funcionalista/computacionalista/representacionalista da mente. Isto tem vindo a ser diagnosticado a partir da filosofia nas últimas décadas.

Célebres críticas ao funcionalismo são por exemplo as de Thomas Nagel, (Nagel, 1974, *What is it like to be a bat?*³¹), onde Nagel defende a irredutibilidade do subjectivo ao funcionalismo fiscalista e a impossibilidade de uma “teoria externa do mental”.

A pedra de toque para distinguir BATS de não-BATS (i.e., “beable things” de “non beable things”) é, segundo Nagel, a possibilidade de resposta à pergunta “*what is it like to be x?*”, pergunta que captura a existência de uma espaço em primeira pessoa, mais ou menos sofisticado. E para Nagel essa subjectividade,

³⁰ Cf NAGEL, 1997, *Language*, p.37

³¹ Cf NAGEL 1979

muito embora as manifestações do mental sejam para nós locais, é um tipo, uma aspecto da realidade cuja base geral não é local, embora só seja acessível em 1ª pessoa (*takes one to know one...*). I.e. Nagel pensa que a subjectividade é objectiva, que a consciência é tão básica no mundo como a espaço-temporalidade. Há para Nagel uma conexão necessária entre o mental e o físico, embora as leis desta conexão não possam ser descobertas a priori. Nestas condições, uma teoria exterior do mental seria simplesmente bizarra.

Grande parte da discussão filosófica em torno dos problemas de uma psicologia materialista não atinge directamente a linguística. Por exemplo Chomsky sempre teve muito cuidado a distinguir os **mistérios** – aquilo que é cognitivamente inacessível ao organismo, como no nosso caso seriam a consciência, a vontade livre e mesmo o uso criativo de linguagem (a marca cartesiana do não-autómato) e que são afinal os apanágios tradicionais da mente pensada como alma imaterial — e os **problemas**, empiricamente tratáveis. Obviamente aquilo que a linguística, como qualquer inquérito científico-natural, trata são os problemas e não os mistérios.

Chomsky separa-os, é um facto, mas já está lá instalado, no próprio terreno polémico onde os mistérios podem vir perturbar o nosso tratamento dos problemas. Os filósofos têm a obrigação profissional de considerar esses mistérios, ou mesmo de mostrar que pode ser um desvio de atenção considerá-los como mistérios e não como problemas. Mas também os linguistas de certo modo herdaram os “mistérios” nos seus problemas, via a semântica, a necessidade de explicação do “*meaning of meaning*” (além de como já vimos, os herdarem via os problemas das regras, sintaxe e símbolos e da justificação da sua natureza simbólica e discreta de processos em sistemas físicos).

A origem nas linguagens formais e no estudo de algoritmos do modelo generativista de mente, ao importar a separabilidade sintaxe /semântica, traz desde logo problemas. Para seguir a argumentação de George Lakoff, que como sabem começou na escola chomskyana, se se diz que uma gramática formal é um dispositivo algorítmico cujo output são objectos abstractos e que ela é ao mesmo tempo um modelo da mente, a pergunta talvez simplista que se pode fazer imediatamente é: e onde entra a significação nos objectos abstractos que são as frases ou estados/processos da mente/cérebro?³² Como

³² Cf. LAKOFF, 1987

pode a significação advir a objectos formais? Uma solução é dizer que a componente semântica de uma gramática é interpretativa como num sistema formal. Mas a psicologia não é interpretação de cadeias formais via teoria dos conjuntos.

Lakoff afirma que a descoberta da ubiquidade da metáfora conceptual nas línguas naturais lhe mostrou que a semântica destas não pode ser baseada em condições de verdade³³. As condições de verdade são a ideia fregeana essencial para tratar significação—compreender o significado de uma frase, i.e., o pensamento expresso pela frase é saber as suas condições de verdade e se essas condições são satisfeitas ou não, daí o valor de verdade (V,F) da frase.

“Condição de verdade” é portanto a condição que o mundo tem que satisfazer para uma frase ser verdadeira. Como é sabido, só se consegue definir a condição de verdade pela repetição da própria afirmação. A condição de verdade de “A neve é branca” é que a neve é branca. Lakoff pensa que a compreensão do *meaning of meaning* não poderia ter a ver com uma relação assim directa, abrupta, suposta, entre frases e mundo, na exclusão da consideração do entendimento (incorporado) desse mundo. A ideia de *embodied mind* poderá ter aqui importância para o estudo linguístico do *meaning of meaning*. A mente cognitivista é precisamente des-incorporada, não no sentido imaterialista cartesiano mas des-biologizada. Dada a sua inspiração formalista ela é uma mente des-cerebralizada. E, de facto, era esse o compromisso do funcionalismo, para não ser paroquial, recordemos. Mas será razoável que para salvaguardar a possibilidade de o mental ter outras realizações físicas se descorporealize assim o entendimento?

Se bem a compreendo através de alguns autores que estudei mais de perto, como Ronald Langacker,³⁴ Leonard Talmy³⁵ George Lakoff³⁶, e Ray Jackendoff³⁷, a linguística cognitiva dá corpo, observada do lado da filosofia, à hipótese segundo a qual o semantismo que procuramos terá que vir da relação subjectividade/mundo, relação que é originariamente perceptiva. A intuição

³³ Cf BAUMGARTNER e PAYR, *Speaking Minds-Interviews with 20 Eminent Cognitive Scientists*, p.120

³⁴ LANGACKER, Ronald, 1986

³⁵ TALMY, Leonard, 1988

³⁶ LAKOFF, George e JOHNSON, Mark, 1980 e LAKOFF, George, 1987

³⁷ JACKENDOFF, Ray 1987 e 1992

da linguística cognitiva é que “não há objectividade imediatamente simbólica”. Por exemplo não há aí no mundo, independentemente de seres humanos e do seu particular entendimento, coisas que sejam “verbos” ou “nomes” ou “preposições”. No ser-verbo do verbo, no ser-nome do nome, no ser preposição da preposição, no ser-metáfora da metáfora, na generatividade de esquemas de imagem para metaforizar (como *in/out*, *up/down*), são supostas conceptualizações, sínteses subjectivas como diz Langacker. Quer dizer, o “sujeito” está aí, nas categorias de linguagem que encontramos. Pense-se nos casos óbvios dos esquemas de imagem que originam metáforas e preposições (preposições como em, entre, de, desde, etc). Isto conduz-nos segundo Lakoff³⁸ a constatar que o sujeito está aí perceptivamente na génese da possibilidade de linguagem, pois essas categorias só poderiam existir numa mente incorporada e não numa mente des-incorporada.

Ou, para dar outro exemplo, o que está Ray Jackendoff a fazer quando defende a necessidade de uma Estrutura Conceptual na teoria da linguagem, um nível de representação que codifica a significação para além dos níveis para a fonologia e sintaxe? Ele está a supor que é o mundo fenomenológico morfologicamente estruturado dos modelos mentais que é intencionado nas nossas enunciações e não um “mundo real” abstractamente definido. O mundo em que vivemos linguisticamente é uma interface fenomenológica definida e não “o mundo da física”.

Jackendoff parte aliás do princípio de que a primeira obrigação que nos traz o facto de subscrevermos – bem – uma teoria modular do mental é discernir os princípios de correspondência que nos permitem por exemplo falarmos daquilo que vemos. Esta é uma possibilidade estranha, dada a especialização e separação das tarefas da visão e da linguagem no cérebro, i.e., dada a modularidade da mente. Uma pista-protótipo para Jackendoff seria por exemplo esta. Não existe nada de intrínseco no mundo que requeira que, linguisticamente, a posse e a adscrição de propriedades estejam mentalmente representadas num sistema isomórfico da representação de estados e eventos espaciais, mas é isso que se passa e que Jackendoff documenta com a análise dos verbos categorizáveis como GO, BE, STAY, ao longo de vários campos semânticos. Por exemplo verbos como: *give*, *buy from*, *inherit*

³⁸ Cf LAKOFF e JOHNSON 1980, LAKOFF 1987

belong, own/ keep, retain, (verbos de posse), cairiam respectivamente sob essas categorias.³⁹ As características da Estrutura Conceptual reveladas por este tipo de análise são uma prova da *embodied mind*. Podemos, respondendo à pergunta inicial, falar daquilo que vemos porque há essa *embodied mind*.

Quando Ronald Langacker pretende substituir a noção de cálculo ininterpretado pela noção de *imagery* para falar de gramática e mesmo das intuições de gramaticalidade⁴⁰ nega explicitamente aquilo que se pode tomar simplesmente como garantido, nomeadamente o assemantismo da sintaxe das línguas naturais e a indefinibilidade de unidades simbólicas básicas como predicções nominais (nomes) e predicções relacionais (como verbos e preposições).

Quando George Lakoff localiza os esquemas de imagem “generativamente” disponíveis para a produção da metaforicidade, pervasiva nas línguas naturais (esquemas como dentro/fora, cima/baixo, etc), ele considera que aponta para uma concepção de linguagem como pensamento imagem-esquemático. Quando Leonard Talmy evidencia os fenómenos da categoria a que chama “dinâmica da força” num grande corpus linguístico, pretende ter isolado uma categoria semântica que gramaticaliza informação topológica e dinâmica, i.e. geométrica e física.

O problema da intencionalidade ou *aboutness* joga-se aqui. Pense-se no facto seguinte: aquilo que é linguisticamente intencionado com uma enunciação como por exemplo “*Está uma bola em cima da mesa*” não é o mundo segundo a física, nem newtoniana nem quântica nem relativista mas antes um mundo de modelos mentais ao nível de uma interface fenomenológica específica. A intencionalidade psicológica num humano não é a interpretação de cadeias formais via teoria dos conjuntos. A semântica linguística tem que considerar este facto. Os linguistas cognitivos fazem-no via o que pode ser chamado uma teoria da génese perceptiva das categorias de linguagem, procurando a origem da significação linguística no entendimento sub-linguístico do mundo.

Se a linguística é como Chomsky quis, uma ciência cognitiva, a primeira coisa a considerar é que toda a ciência é uma ciência da natureza. Logo, não há razão para estudar os produtos da mente

³⁹ CF JACKENDOFF, 1987, p.152, Generalization of Spatial Concepts to Abstract Domains, para a análise de verbos GO, BE, STAY p.152

humana de um modo diferente daquele que se utiliza para o resto da natureza. Esta é aliás uma lição de Chomsky. Mas então a orientação simbólica do cognitivismo revela-se incompatível com o naturalismo pois não existem formas simbólicas na natureza interna (i.e., no cérebro) ou externa. Não podem senão existir formas geométricas e dinâmicas, daí que toda a naturalização da mente, da linguagem e do sentido deva conduzir a uma revolução na concepção do formal e dos formalismo envolvidos na existência de cognição, e conseqüentemente a um afastamento da sua inspiração inicial na lógica e do apoio nos modelos discretos⁴¹

3. Semântica: sugestões do trabalho de filósofos

Sob o título de teleosemântica os filósofos lidam com um problema parente do problema da linguística cognitiva (que é o problema de não podermos supor uma objectividade directamente simbólica no estudo naturalista da linguagem, o que impõe a necessidade de ir atrás, ao entendimento sub-linguístico do mundo pelo organismo para procurar a significatividade da significação). Se levarmos a sério o facto de não começar a haver significação apenas linguisticamente (devemos por exemplo poder afirmar que animais têm EM's intencionais e podem ser enganados e tentar enganar), veremos uma série de erros conceptuais a que somos conduzidos por considerarmos como pedra de toque na teoria da significação os estados mentais conscientes, linguísticos, humanos.

Podemos resumir o problema aqui em jogo perguntando quem se sente persuadido pela experiência mental do Quarto Chinês de John Searle⁴². Penso que quem trabalha com linguagem deve

⁴⁰ Cf. LANGACKER, Ronald, 1986

⁴¹ Cf. MIGUENS, S, 1995, p. 424. É claro que estas críticas se ligam também com o conexionismo.

⁴² CF SEARLE, Minds, Brains and Programs, in *Behavioral and Brain Sciences*, 3, 417-457. Um humano que não compreende uma palavra de chinês (o próprio Searle) está fechado num quarto, rodeado de cestos cheios de símbolos chineses, e com um livro de regras para a combinação e manipulação formal desses símbolos. Em "resposta" às cadeias de símbolos que vêm de fora do quarto, e seguindo as regras do manual, saem do quarto cadeias de símbolos que são tomadas como respostas. O quarto "fala chinês", mas Searle não percebe uma palavra. Para Searle, este entendimento do sistema-quarto é "como-se", tem intencionalidade arribuída e não intrínseca. O ponto será que a sintaxe não é suficiente para a semântica.

considerar esta experiência mental pelo menos uma vez. Quem se sente persuadido pela experiência mental de Searle considera a consciência como dado inabdicável no pensamento da significação e não aprovará a abordagem teleosemântica, pois esta pretende precisamente desligar o tratamento da intencionalidade do tratamento da questão da consciência, considerando que o mental é uma questão de graus e não de tudo ou nada (nesse caso o “tudo” seria determinado pela presença da consciência).

A teleosemântica⁴³ parte da constatação de que a *aboutness* pode ser cumprida sem ser transparente aos organismos que albergam os “ícones intencionais” (um termo da filósofa americana Ruth Millikan). No exemplo fetiche de Millikan, o exemplo da dança-de-abelhas-que-indica-a-outras-abelhas-onde-está-o-nectar, existem todos os componentes essenciais do significar (*ofness*, Função Própria, produtores e intérpretes em cooperação projectada, e regras de *mapping* em condições Normais) e não existe consciência. Ou antes, não temos que considerar a consciência para descrever o conteúdo pois o “Conteúdo” desse Ícone Intencional é descrito dizendo que característica deve existir no ambiente à qual o ícone se aplicaria de acordo com determinadas regras, estando o seu intérprete a usá-lo de maneira normal.

Esta constatação de que a *aboutness* pode ser cumprida sem ser transparente aos organismos envolvidos deve-se alargar ao nosso próprio uso significativo de linguagens naturais (o que impedirá, segundo Millikan, o racionalismo da significação, que seria o “3ª dogma do empirismo”⁴⁴). Metodologicamente, a ideia é olhar para aquilo que está “abaixo do humano”, i.e., para casos mais simples de *aboutness*, etológicos ou mesmo tecnológicos à procura da proto-representação, da proto-significação e das suas condições.

Isso far-nos-á ver os erros intelectualistas inerentes a uma abordagem “*top down*” da significação (*top-down* no sentido metafórico de ser feita a partir da significação humana consciente para os outros casos, e não no sentido mais usual de uma abordagem feita, por exemplo, a partir das funções para os neurónios). O erro

⁴³ Para uma apresentação mais detalhada dos problemas da teleosemântica, cf MIGUENS; S., 1998

⁴⁴ Numa alusão ao famoso ensaio Two Dogmas of Empiricism, de QUINE, in QUINE, 1953, *From a Logical Point of View*, Cambridge MA, Harvard UP

geral aqui será a demasiada especificação, por projecção daquilo que são as características humanas do significar, a que somos frequentemente conduzidos, e a não visão da indeterminação como condição de possibilidade do significar. Isto é, em suma, o que Dennett e Millikan resumem sob a ideia de “racionalismo da significação” (a tese segundo a qual saber que/o que intenciono/penso é um saber a priori, determinado ou determinável. Por isso eu não poderia estar enganado acerca daquilo que intenciono mesmo que falhe a referir ou a conhecer).

Mas o racionalismo da significação só se sustentaria se nós fôssemos *unmeant meaners*, o que não é o caso. Segundo a teleosemântica, o problema da teoria da mente ou psicologia (que como ciência natural é parte da biologia—no caso humano pelo menos) é o prolongamento do problema biológico da função. O “conteúdo”, o semantismo, dos nossos estados mentais é uma função da função, i.e., da função biológica de organismos. E para Dennett assim como a função biológica não é qualquer coisa de determinado na sua origem (peças de organismos que não foram seleccionadas para uma função *f* podem ser recrutadas para desempenhá-la), o conteúdo, que é uma função da função, também não é qualquer coisa de determinado na sua origem.

Concretizando: se items como frases têm significação para nós, se nós podemos de certo modo “dar” significação a items físicos como marcas ou sons, é preciso saber como temos essa capacidade, qual é a sua origem. Não temos razão suficiente, de um ponto de vista biológico, para considerar que o fazemos a partir de zero (e da consciência...) sendo assim *Unmeant Meaners*, na expressão de Dennett, i.e. Intencionadores Não Intencionados, intencionando *ex nihilo*.

Para Dennett nós não somos *Unmeant Meaners* porque não somos auto-criadores (na medida em que somos organismos), e vermo-nos, enquanto organismos, como uma “máquina de sobrevivência para genes”⁴⁵ faz ver o absurdo da posição segundo a qual nenhum artefacto pode ter intencionalidade real ou genuína mas apenas intencionalidade derivada do seu criador. Esta posição corresponde, note-se, à aceitação da intuição à qual faz apelo o Quarto Chinês de Searle. Nós somos esses “artefactos”, na medida em que estamos aqui por desenvolvimento orgânico e não por um *fiat* de que seríamos os autores.

⁴⁵ Como R. DAWKINS propõe em “O Gene Egoísta”

Se a possibilidade de intencionar, e a possibilidade de *mis-take* que acompanha o *take* do intencionar não surgem só com a significação linguística (pense-se por exemplo na dança das abelhas de Millikan: pode haver “erro” no seu funcionamento, se por exemplo retirarmos as flores do local indicado às outras abelhas pela dança), é uma espécie de erro intelectualista esperar que o esclarecimento da significação se faça exclusivamente a partir de cima, da significação linguística de que só os humanos são capazes. Então como ficamos quanto à teoria da linguagem e da mente segundo as directrizes gerais da teleosemântica de Millikan (ou Dennett)⁴⁶?

1- Aceitaremos que a significação não surge *ex nihilo* com a linguagem humana e com a consciência humana. Representar e significar linguisticamente são habilidades que têm “antepassados” nos organismos e especificamente nos cérebros humanos. O cérebro humano não é uma tábua rasa quando a linguagem se instala, mas um órgão altamente especializado em funções cognitivas várias. Há *design* “prévio” no qual estas habilidades de significar e representar se apoiam e o qual redireccionam. Essas estruturas não são apagadas mesmo quando passa a tratar-se de significação linguística. Há que considerar um apoio da capacidade linguística de significar em habilidades mais básicas e pré-linguísticas como por exemplo identificar, re-identificar, seguir.⁴⁷ Neste quadro, a linguagem e o pensamento são categorias naturais, categorias biológicas e portanto, como categorias biológicas, categorias de funções (as coisas são classificadas sob categorias de funções por serem projectadas – *designed* – para essa função).

2- Veremos o problema da significação em teoria da mente em continuidade com o problema da filosofia da biologia que é o problema da natureza da função. Assim, como aliás acontece sempre que estão em causa categorias biológicas de funções, verificar-se-á a necessidade de uma noção de normal, e da consideração de uma assimetria entre o normal e o desvio. Normal e desvio são noções

⁴⁶ Há diferenças profundas nas posições de Millikan e Dennett, referirei apenas as razões que os fazem partilhar a defesa de uma teleosemântica.

⁴⁷ Cf MIGUENS, S., 1998, p.501 para o problema da identificação, e para um comentário a um recente artigo de Millikan cobrindo estes temas (*A Common Structure for Concepts of Individuals, Stuffs and Real Kinds, More Mama, More Milk, More Mouse*) publicado em BBS 21-1, 1998

comuns na biologia e na medicina (pense-se em corações ou membros normais ou não normais) que nos convêm também na teoria da significação. Isto dá-nos uma teoria muito clássica da natureza do verdadeiro, uma teoria do verdadeiro como correspondência, *mapping*, e a constatação de que o verdadeiro é “assimétrico” em relação ao falso, i.e. que o verdadeiro é o caso Normal do significar.

3-A conclusão da teleosemântica é que o externalismo⁴⁸ é a única boa posição acerca da significação e que esse externalismo perturba o racionalismo acerca da significação. *Meanings ain't in the head* (como diz Hilary Putnam⁴⁹) mas por isso mesmo eles não são determináveis a priori. Não somos nós que agenciamos a nossa capacidade de significar, ela não nos é naturalmente transparente. Esta remissão externalista ao exterior e à história faz com que por exemplo, na prática, olhar para padrões neuronais não nos possa dar o que está a ser intencionado. Como diz Dennett frequentemente, não haverá esse tipo de *mind reading*.

O imperativo geral da teleosemântica é portanto o de uma abordagem evolucionista, logo histórica e adaptacionista, das questões da mente e da significação. Como todas as coisas biológicas o pensamento e a linguagem devem ser abordados de um ponto de vista evolucionista, na medida em que a evolução é a luz à qual a biologia faz sentido.

Note-se que este “teleofuncionalismo” é diferente do funcionalismo com que comecei. O primeiro – ligado aos nomes de Putnam e Fodor — é uma tese acerca da relação *hardware/software*, o segundo — ligado aos nomes de R.Millikan, D.Dennett, D.Papineau, F.Dretske – é uma tese acerca da relação função/finalidade, reintroduzindo a natureza biológica da psicologia e do mental (excluída no funcionalismo-1). Ambos são teses filosóficas acerca da natureza do mental surgidas no pensamento sobre os fundamentos de uma psicologia materialista.

Dennett diz⁵⁰ que pensar da maneira naturalista que a teleosemântica indica é muito pouco natural para um filósofo. É aliás pouco natural também para Chomsky, que é um teórico de papel e

⁴⁸ O externalismo em filosofia da mente é a posição segundo a qual aquilo que fixa aquilo que é pensado, são aspectos exteriores à mente

⁴⁹ Cf PUTNAM 1975

⁵⁰ Cf MIGUENS, Sofia, 1998, p.469

lápiz, que está mais próximo na sua maneira de trabalhar de um matemático do que de um biólogo, mas o que resulta destas ideias é a necessidade de uma investigação da selecção natural da linguagem natural. Isto implica especular acerca de funções, acerca da história natural da mente e da linguagem, o que é complicado, não só porque o tecido cerebral não fossiliza, mas sobretudo porque se a linguagem é *software*, descrição de um nível funcional, estaremos a falar de uma arqueologia do software (na expressão de Dennett em *Brainchildren*⁵¹). É difícil imaginar como poderia tal arqueologia ser praticada—mas isso não justifica uma ocultação da sua necessidade, se é a essa necessidade que a teoria nos conduz. Será preciso portanto uma narrativa histórica evolucionista acerca das funções da mente e da linguagem, e esta só pode ser uma explicação *top-down* (i.e., partindo das supostas funções para os seus mecanismos físicos, por exemplo em cérebros ou não veremos literalmente nada—inclusive pela razões exterioristas atrás apontadas. Só se poderá conhecer no sistema nervoso mecanismos e localizações para funções que forem primeiro conhecidas no comportamento – esta é uma intuição comum a Dennett e Millikan).

Aliás, nessa narrativa histórica, nessa história natural da mente e da linguagem, arriscamo-nos a encontrar um dos mistérios de Chomsky: a consciência. Dennett⁵² relaciona a presença de linguagem em cérebros humanos com aquilo a que chama a máquina virtual para a consciência. O *hardware* cerebral humano é provavelmente o mesmo desde há milhares de anos, mas a máquina virtual⁵³ para a consciência, em grande parte resultante da instalação da linguagem natural em cérebros humanos, seria provavelmente responsável pela constituição de uma *inwardness* natural, progressivamente mais sofisticada, via a possibilidade de auto-exortação, importante na passagem de si a si do cérebro que é necessária para essa consciência. Já vimos como a unidade da nossa identidade pessoal pode ser problemática, dada a modularidade⁵⁴. O abismo teórico entre matéria e *inwardness* de um ser consciente

⁵¹ DENNETT 1998, p.121

⁵² DENNETT, Daniel, 1991

⁵³ “Máquina virtual” é um termo para estrutura feita de regras mais do que materiais (como o programa Word neste computador), um termo que Dennett vai buscar à linguagem de computadores

⁵⁴ Cf MIGUENS, Sofia 1999c a publicar

seria transposto assim, por esta narrativa evolucionista. Se uma hipótese deste género fôr defensável, um dos mistérios de Chomsky, e por ser mistério supostamente afastado do estudo empírico, a consciência, poderia vir a revelar estar muito proximamente ligado com os problemas da linguística, i.e., com a instalação e uso da linguagem natural em cérebros humanos.⁵⁵

Curiosamente, quando chegamos à consideração evolucionista da faculdade de linguagem chegamos a um dos limites de Chomsky⁵⁶. Ele não quer falar de biologia, preferiria falar de física (ou de propriedades físicas de células⁵⁷) ou deixar para depois... Nomeadamente, Chomsky não quer, aparentemente, falar da evolução e selecção natural da linguagem natural. Chega a afirmar que nem sabe como se há-de começar a imaginar como é que a selecção natural poderia ter originado sistemas com asas ou com linguagem. Porque é que Chomsky diz isto? A análise que vou resumir é feita por Dennett em *Darwin's Dangerous Idea* (1995).

Como cientista, Chomsky é um materialista mas por vezes parece ter receio de que, no seguimento do tipo de estudo que iniciou, venha a revelar-se qualquer coisa de pouco digno acerca da mente humana, como por exemplo que as nossas mentes são colecções de *gadgets* maquinais, de “macros”, i.e. sequências mecanizadas de instruções e tarefas. Esta possibilidade torna-se muito clara numa perspectiva evolucionista-comparativa de tipos de mentes: uma neuropsicóloga, Lynn Waterhouse, definiu as mentes animais como “quilts, (entrelaçamentos) de IRM's (*Innate Release Mechanisms*) e FAP's (*Fixed Action Patterns*)⁵⁸”...

Talvez em parte devido à possibilidade de algo de semelhante poder vir a revelar-se verdadeiro acerca das nossas mentes, Chomsky desconfia bastante da pertinência do evolucionismo e adaptação no estudo da mente e da linguagem. Este é um ponto

⁵⁵ Segundo Dennett, esta é uma ideia de Nietzsche. Nietzsche afirma que a consciência se desenvolveu sob a pressão da necessidade de comunicação. Cf DENNETT 1991, p.227

⁵⁶ Cf DENNETT; 1995, cap 13 e 14 e MIGUENS, Sofia, 1999a e 1999b

⁵⁷ “Nalgum período remoto uma mutação teve lugar que deu origem à propriedade da infinitude discreta talvez por razões que tenham a ver com a biologia das células, a serem explicadas por mecanismos físicos ainda desconhecidos”, cf. Chomsky, 1988, *Language and the Problems of Knowledge, The Managua Lectures*, Cambridge, MIT Press, cit in DENNETT 1995, p.389

⁵⁸ Cf DENNETT, 1991, p.259

muito curioso para a filosofia da mente e é preciso afirmar que Chomsky não está sozinho ao pensar que considerações evolucionistas não nos dirão nada sobre o pensamento. Este é um assunto filosoficamente quente, saber se a história evolutiva da mente é ou não é relevante para aquilo que o pensamento pode pensar e para uma teoria da existência e limites do pensamento (por exemplo T. Nagel, em *The View From Nowhere* dá uma resposta negativa⁵⁹)

Mas porque é que o *Language Acquisition Device* seria diferente de outras partes do mundo biológico, uma vez que Chomsky tão convincentemente o instalou como tal, não sendo resultado de uma evolução por selecção natural? Curiosamente, Chomsky diz muitas vezes que o órgão mental da linguagem é inato, mas nunca diz que ele é resultado da evolução como tudo o que é inato, na exclusão de qualquer imaterialismo. Uma razão pode ser o seu anti-spencerismo⁶⁰, Chomsky alia-se até no imaginário académico, frequentemente, ao paleontologista Stephen Jay Gould como crítico do adaptacionismo (o imperativo dos críticos do adaptacionismo é não ver funções e adaptações sem necessidade e por toda a parte: essa é uma má interpretação da teoria da selecção natural, pois oculta que esta admite *by products* e recrutamentos). Pode-se considerar neste caso que a linguagem seria um *by product* da selecção para qualquer outra coisa, e que portanto considerações funcionais/adaptativas quanto à linguagem seriam especulativas, no sentido pejorativo do termo.

Mas, para Dennett, esta postura de Chomsky relaciona-se antes com um desgosto geral pelas teorias impuras do mental. É como se Chomsky pensasse: para fazer teoria da mente só há dois caminhos possíveis, ou a lógica, a matemática, a física (o caminho “puro”) ou Jane Austen (o caminho “moral”)... Quem lê Chomsky conhece as suas considerações acerca dos limites da teoria científica naturalista

⁵⁹ NAGEL 1986, pp.78-82. Para Nagel a existência por exemplo da razão requer uma explicação não diacrónica (evolucionista) mas intemporal. O darwinismo explica a selecção entre possibilidades geradas, não “a possibilidade dessas possibilidades”.

⁶⁰ Esta análise é de Daniel Denett. Spencerismo, assim nomeado a partir de H.Spencer, será a consideração segundo a qual toda a complexidade do organismo é função da complexidade do ambiente (corresponderia a um adaptacionismo exagerado). Note-se no entanto que todo o behaviorismo, todo o empirismo são formas de “spencerismo”- e pode haver boas razões para defendê-los.

da mente e o seu constante louvor aos romances, ou a Shakespeare. Chomsky pensa que para sempre se aprenderá mais psicologia lendo literatura do que fazendo ciência natural.

Marvin Minsky comentou a certa altura⁶¹, perante esta bifurcação, que só um professor de humanidades se esqueceria tão ostensivamente da terceira possibilidade: a possibilidade de a psicologia vir a revelar ser, não como a física nem como a literatura, mas como a engenharia. A psicologia (e a biologia) seriam práticas de engenharia invertida (*reverse engineering*). A hipótese de Dennett é que esta perspectiva da teoria da mente/cérebro como engenharia parece vagamente repulsiva a Chomsky (embora em *The Minimalist Program* Chomsky fale explicitamente de soluções de engenharia). Aliás, para reforçar esta interpretação, note-se que Chomsky se tem assumido frequentemente como crítico da IA, que é uma abordagem declaradamente impura, pela engenharia, do mental possível⁶².

Para Dennett, as rejeições da IA e do evolucionismo em teoria da mente têm como origem comum uma intuição quanto ao carácter especial da mente humana consciente, que nunca poderia ser explicável a partir de “baixo” (a partir da física, ou pior, da biologia e da IA). Pelo contrário para Dennett, se as mentes humanas são produtos não miraculosos da evolução elas são artefactos e os seus poderes têm que ter explicações mecânicas. Portanto temos que admitir que nós descendemos de macros (que mais seriam os seres unicelulares antepassados de todos os vivos senão precisamente sequências de instruções?) e que as nossas mentes são “feitas de macros”. É um facto que nós somos a espécie mais inteligente e a única espécie com linguagem articulada sofisticada. Mas a origem das nossas habilidades mentais não é pura. É pelo contrário muito provável que os mecanismos *wired-in* que constituem hoje as nossas mentes, servissem nos cérebros dos nossos antepassados, para outras coisas que não a consciência e a linguagem, tendo depois vindo a ser recrutados para essas funções, e os restos e impurezas ficaram. (Como Dennett nota, o cérebro pensa melhor e mais depressa

⁶¹ Cf DENNETT, DDI, p.387. A situação passou-se num encontro da Society for Philosophy and Psychology na Universidade de Tufts, em 1978

⁶² Por exemplo, Chomsky quase literalmente “perseguiu” Roger Schank, o cientista de computadores, devido à sua descrença quanto às possibilidades de abordagem do entendimento de linguagens naturais pela IA (área de trabalho de Roger Schank).

quando “pensa” sozinho – por exemplo fazendo-nos ver ou mover—do que quando pensamos voluntariamente, esforçadamente, conscientemente⁶³).

Chomsky não está ele próprio interessado em seguir a selecção natural da linguagem natural, mas há linguistas, como Steven Pinker⁶⁴, que levam este programa de teoria evolucionista da mente e da linguagem por diante, partindo do princípio de que o *design* do *software* mental é resultado da evolução biológica e da selecção natural.

Queria só notar, que reecontramos aqui uma das condições de que falava no início deste texto. Se o *design* da mente foi seleccionado para resolver problemas de engenharia, quando tratamos a mente segundo estas especificações, damos, como Pinker faz notar, ao mesmo tempo as “*design specs*” (*specifications*) para construir um robot. Eis-nos de volta ao ponto de partida da exposição das ideias fulcrais das ciências cognitivas: a indistinção entre natural/artificial e o “fantasma” da IA forte (e do seu novo platonismo materialista), que persegue a investigação científica e filosófica das questões da mente.

4. Nota sobre a especificidade do problema filosófico da mente

A minha hipótese até aqui foi que o trabalho dos linguistas e o trabalho dos filósofos têm em comum o facto de terem como objecto a mente. Mas o trabalho dos linguistas, como o de outros cientistas cognitivos, é um trabalho empírico e o dos filósofos não o é, nem pretende sê-lo. A questão empírica acerca da mente tem a forma “*Como funciona o cérebro ou qualquer outro dispositivo cognitivo de modo a que a percepção e a acção sejam possíveis no organismo ou outro sistema?*”, enquanto a questão filosófica tem a forma “*Qual é a relação entre o mental e o mundo - e especificamente como podem existir o verdadeiro e o falso nessa relação?*” A primeira questão pretende uma resposta em 3ª pessoa, uma resposta naturalista, a segunda não poderá talvez ter uma resposta em terceira pessoa, pois

⁶³ Cf a teoria da consciência de Dennett in DENNETT 1991

⁶⁴ Cf PINKER, 1994

é argumentável que não poderemos nunca vir a pensar o pensamento a partir de fora⁶⁵.

A primeira questão, a questão empírica acerca da mente, é acerca de categorias psicológicas. Estas dizem respeito à mente como máquina sintáctica: o comportamento do organismo ou sistema tem que ser determinado puramente em termos de noções internas à mente. As representações mentais dos cientistas cognitivos são noções inteiramente não intencionais e não faz qualquer sentido falar da verdade ou falsidade das representações mentais postuladas pelos teóricos para a linguagem, a visão, etc. Elas descrevem um espaço combinatório estruturado, em vários níveis, desde periféricos a centrais, espaço esse que será “estimulado” via transdução a partir dos órgãos sensoriais do organismo. É esta situação que justifica o solipsismo metodológico como método de investigação em teoria da mente⁶⁶ ou mesmo a afirmação “o cérebro é cego, surdo e mudo”⁶⁷ (pois o cérebro não tem de facto acesso directo ao mundo físico externo ao organismo nem o que nele é representado é o mundo exterior em si na riqueza das suas determinações).

Especificamente, o trabalho dos linguistas é sobre representações mentais neste sentido de categorias psicológicas, presentes com a linguagem natural na mente/cérebro dos humanos. Aquilo que se procura é, como Chomsky diria, uma descrição computacional-representacional da maneira como o cérebro resolveu problemas de engenharia (acrescente-se: via evolução) constituindo assim esta matéria “formal” da mente/cérebro natural humana a ser usada em pensamentos.

Mas a investigação empírica dos mecanismos da linguagem como módulo da mente não ocupa o mesmo lugar que a teoria filosófica. Esta terá que cobrir pelo menos dois outros aspectos: ela será por um lado, uma investigação epistemológica das condições de

⁶⁵ Como nota Jackendoff (cf JACKENDOFF 1992, p.158), certos pensadores constituem um lugar privilegiado de observação desta tensão entre psicologia e filosofia na teoria da mente. O exemplo de Jackendoff é Jerry Fodor. Como diz Fodor, o problema é que verdade, referência, etc, não são categorias psicológicas. Serão modos do Dasein?, semi-ironiza Fodor. Cf FODOR, J, Methodological Solipsism Considered as a Research Strategy in Cognitive Psychology, *Behavioral and Brain Sciences* 3, 63-73

⁶⁶ cf FODOR, 1980

⁶⁷ Cf JACKENDOFF 1992

possibilidade das ciências do mental, a qual estará ligada a uma metafísica da mente, nomeadamente a uma metafísica da consciência (foi sobretudo da investigação epistemológica que falei até aqui), e por outro lado, dedicar-se-á àquilo que é indiciado no caso do indivíduo isolado pelo que Chomsky chama os *systems of thought* como sistemas de performance⁶⁸, i.e, a uma teoria do pensamento em acto, envolvendo a explicitação da possibilidade de significação e verdade. Isto porque, se o solipsismo metodológico é acertado num estudo naturalista ele não permite no entanto, o tratamento de noções semânticas. As noções semânticas não são categorias psicológicas e, ao contrário destas não podem ser tratadas de forma solipsista⁶⁹.

Vou procurar mostrar alguma coisa acerca deste segundo aspecto através de algumas ideias sobre significação e verdade do filósofo britânico contemporâneo Michael Dummett, ideias que, como se sabe, denotam uma grande influência de Frege e do segundo Wittgenstein (conviria mais, talvez, falar de apropriação...), culminando numa posição anti-realista mas não solipsista.

Até aqui tenho passado por alguns problemas colocados pela natureza da linguagem e tem sido aparente que a questão da linguagem não é só uma questão para linguistas, ela é inabdicável na filosofia e especificamente na filosofia analítica. Mas qual é exactamente o lugar da linguagem no estudo do pensamento? Para Dummett, a ideia da filosofia analítica desde os seus inícios com Frege, Russell e Wittgenstein é que o pensamento só é analisável via linguagem. Dummett fala mesmo do “teorema fundamental da filosofia analítica”⁷⁰, que seria a afirmação da prioridade da linguagem sobre o pensamento. A tese da prioridade erguer-se-ia “contra” a ingenuidade da presunção da acessibilidade directa (e solipsista) do pensamento. Como diz Dummett⁷¹, a linguagem pode ser um espelho distorcido, mas é o único que temos. A tese da prioridade corresponde portanto a uma des-psicologização, a uma

⁶⁸ Cf CHOMSKY, 1995

⁶⁹ A verdade ou a significação não são coisas teorizáveis no âmbito de um cérebro humano isolado

⁷⁰ DUMMETT; Michael, 1997, p. 37.

⁷¹ DUMMETT, Michael, 1993, p.6

extrusão do pensamento em relação à mente individual⁷². Para Dummett é sobretudo devido a este carácter “comunitário” da linguagem⁷³ que deve ser defendida a tese da prioridade.

A rejeição do psicologismo (que é aliás comum à filosofia analítica e à fenomenologia, e resultou em parte da necessidade histórica que a filosofia sentiu precisar a sua diferença em relação à psicologia nascente no princípio do século 20) consiste em considerar que os pensamentos não devem ser analisados em termos das operações mentais dos indivíduos que os pensam, e que é um erro defender sem mais que os pensamentos fazem parte do fluxo da consciência do indivíduo. Nem tudo aquilo que é preciso tratar quando se trata o pensamento, a significação, a verdade, aparece no estudo do indivíduo isolado.

Os filósofos analíticos vieram portanto a pensar que os pensamentos devem ser analisados em termos de linguagem. Para Dummett, a tónica do pensamento de Frege, autor em que é possível radicar a origem desta tese da prioridade, era já a comunicabilidade dos pensamentos (*Gedanken*) por oposição às representações (*Vorstellungen*). A ideia wittgensteiniana segundo a qual “o significado é o uso”, i.e, a ideia de um carácter social da significação, seria uma exploração desta intuição de Frege.⁷⁴

Por curiosidade, para evidenciar este ponto (embora aqui esteja a conceder uma posição realista, a de Frege, que é, precisamente, contestável), Frege pensava que a tese da prioridade era relativa a nós, humanos⁷⁵, i.e., que é concebível que seres sem linguagem possam apreender os mesmos pensamentos que nós. O pensável não é simplesmente identificável com o humanamente pensável.

Com isto eu queria mostrar que a questão da teoria do pensamento, mesmo se o pensamento só fôr analisável via linguagem, não é apenas a questão empiricamente tratável da

⁷² Cf. DUMMETT, *Origins of Analytic Philosophy*, p.22. Dummett considera aliás que foi também este este o imperativo director da fenomenologia que contemporaneamente nascia. As figuras teóricas de Frege e Husserl são objecto de comparação neste livro.

⁷³ Como vimos este era um ponto filosoficamente complicado para Chomsky, o ponto em que ele reconhece o problema de Wittgenstein, mas este problema não diz respeito apenas ao modelo P&P, é um problema geral da teoria do conhecimento.

⁷⁴ Cf DUMMETT, 1997, pp.25-26. É claro que esta interpretação de Dummett é muito particular e contestável.

⁷⁵ DUMMETT, Michael, 1997,p.51

formulação linguística do pensamento, mas sobretudo a questão da significação e a verdade. Este é aliás um problema para os filósofos que são ao mesmo tempo cientistas cognitivos e que se converteram à maneira empírica de trabalhar. A alguns desses filósofos conviria perguntar se a questão da mente será simplesmente identificável com a questão empírica, psicológica, e se não está a dar-se, com a filosofia da mente, uma regressão, uma nova *naiveté*, em relação ao estado de “extrusão do pensamento em relação à mente” conseguido pela filosofia analítica enquanto filosofia da linguagem. Dummett, precisamente, vê na filosofia da mente que hoje (sobretudo nos EUA) substituiu a filosofia da linguagem no centro do “palco filosófico” os perigos de psicologismo, solipsismo e cientismo⁷⁶...

Não encontraremos portanto na teoria empírica da mente uma teoria da significação e da verdade. Como se sabe, Frege relacionou estas duas questões da significação e da verdade. Considerou que compreender o significado de uma frase é saber as suas condições de verdade, e que as condições de verdade são as condições que o mundo tem que satisfazer para a frase ser verdadeira. Mas Frege, segundo Dummett, evitou dizer que as condições de verdade têm a ver com o modo como nós atribuímos valores de verdade, considerou antes que existe uma determinação objectiva destes, mesmo que nós não sejamos capazes de a fazer. Para Dummett, é Wittgenstein quem formula a questão da determinabilidade nos termos daquilo que, nós humanos, somos capazes de fazer. E é isso que Dummett quer fazer também, formular a questão da significação e da verdade nos termos do que nós podemos fazer. Não pensando assim, ignorando mais ou menos conscientemente que as condições de verdade têm a ver com o modo como nós humanos atribuímos os valores de verdade caímos na ilusão realista:

“A ilusão vem da imagem que nós temos de uma realidade bem determinada que podemos não ser capazes de observar mas que no entanto tem que estar fixada num sentido ou noutro. Não é falso? Bem, então tem que ser verdadeiro. É simples, é uma imagem a que é psicologicamente difícil de resistir e que nós usamos”⁷⁷

É à consideração desta questão que chega a questão filosófica sobre a mente. Ela constitui a diferença da filosofia em relação a

⁷⁶ É esse o resumo das observações de Dummett em DUMMETT 1997

⁷⁷ DUMMETT, Michael, 1997

abordagens empíricas da cognição. E às questões da verdade e da significação conduzem portanto àquele que é para Dummett um dos mais incontornáveis problemas da filosofia, o problema do realismo e do anti-realismo.

Se Dummett pensa, como Wittgenstein, que a significação e a verdade devem ser pensadas em termos daquilo que nós podemos fazer, há no entanto uma grande diferença entre o seu pensamento e o de Wittgenstein, uma diferença que é também uma discordância acerca do que é a filosofia. Wittgenstein pensa que a prática à qual se reportam a significação e o pensamento não necessita de justificação nem pode ser criticada. Mesmo contradições da prática deveriam ser aceites como factos. Pensa também que a filosofia não poderia intervir em nada, mas apenas descrever. Pelo contrário para Dummett, se nas nossas práticas de pensamento somos levados a asserir coisas para as quais não temos justificação⁷⁸, é possível e desejável avaliar e justificar o modo como se pensa, não nos limitando a constatar que se pensa assim. Segundo Dummett é um mau caminho aquele que nos conduz a pensar que nas formas de inferência nada necessita de justificação. As inferências não estão separadas do resto da prática linguística e conduzem a asserções que podem conter constantes lógicas. Temos portanto que saber se temos justificação para fazer essas asserções.

Esta posição de Dummett acerca de asserção e justificação vai mesmo conduzi-lo a defender uma revisão das leis da lógica clássica (no que ele considera ser ainda uma consequência do lema wittgensteiniano segundo o qual “o significado é o uso”⁷⁹)

Em suma, são hoje muitos os pontos de comunicação entre o trabalho dos linguistas e o dos filósofos em teoria da mente. Procurei

⁷⁸ DUMMETT; 1997, p.30. Para Dummett, o significado de uma asserção é dado pelo tipo de justificação que poderia sustentá-la. A justificação de qualquer asserção envolve não apenas experiência mas também inferência, logo as condições de justificação não poderão ser formuladas atomisticamente. É claro que a noção de justificação substitui a palavra mais *demodée* verificação, mas como diz Dummett “Se a teoria da significação ser verificacionista significa que ela é feita em termos da maneira como nós estabelecemos o valor de verdade de uma asserção, então a minha teoria é verificacionista”, *idem*, p.43

⁷⁹ - DUMMETT; 1997, p.27. Cf tb. The Philosophical Basis of Intuitionistic Logic, in DUMMETT 1978.

defender (1) que a criação desta arena comum deriva precisamente da emergência histórica recente de um campo disciplinar em torno do mental.

Procurei mostrar também que, mesmo sendo a linguística entendida tal como Chomsky deseja, como uma teoria da mente e como prática empírica naturalista, não poderá deixar de encontrar a certo ponto problemas da mente e da linguagem que não são problemas empíricos (2, 3).

A questão empírica acerca da mente não tem a mesma forma que a questão filosófica (4). Isto significa que o problema mente-corpo, o problema das ciências cognitivas, não é composto somente por problemas empíricos. Não são problemas empíricos os problemas dos *qualia*, da *aboutness*, da consciência, da identidade pessoal, da existência de significação e verdade, do realismo/anti-realismo, da avaliação das práticas de pensamento. Esses problemas não empíricos são problemas epistemológicos, metafísicos, éticos, i.e., problemas filosóficos.

Sofia Miguens

BIBLIOGRAFIA

CHALMERS, David, *The Conscious Mind*, Oxford, OUP, 1996

CHOMSKY, Noam, *Syntactic Structures*, The Hague, Mouton, 1957

CHOMSKY, Noam, *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, MA, MIT Press, 1965

CHOMSKY, Noam, *Rules and Representations*, New York, Columbia University Press, 1980

CHOMSKY, Noam, *Knowledge of Language*, New York, Praeger, 1986

CHOMSKY, Noam, *The Minimalist Program*, Cambridge MA, MIT Press, 1995

CHOMSKY, Noam, "Chomsky", in DANCY, J., *A Companion to the Philosophy of Mind*

DANCY, Jonathan, *The Blackwell Companion to the Philosophy of Mind* (entradas: "Fodor", "Dennett", "Putnam", "Wittgenstein", "Quine", "Turing", "Cognitive Psychology", "Computational Models", "Folk Psychology" (1) e (2), "qualia"), Oxford, Blackwell, 1994

DENNETT, Daniel, *Consciousness Explained*, New York Little, Brown and Comoany, 1991

- DENNETT, Daniel, *Darwin's Dangerous Idea*, New York, Simon and Schuster, 1995
- DENNETT, Daniel, *Brainchildren*, London, Penguin, 1998
- DESCOMBES, Vincent, *La Denrée Mentale*, Paris, Minuit, 1995
- DUMMETT, Michael, *Truth and Other Enigmas*, Cambridge MA, Harvard UP, 1978
- DUMMETT, Michael (entrevistado por Fabrice Pataut), Uma Perspectiva Anti-realista sobre a Linguagem, o Pensamento, a Lógica e a História da Filosofia Analítica, *disputatio*, 3, 1997
- DUMMETT, *Origins of Analytical Philosophy*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1993
- FODOR, Jerry, Methodological Solipsism Considered as a Research Strategy in Cognitive Psychology, *Behavioral and Brain Sciences* 3, 63-73, 1980
- FODOR, Jerry, *Psychosemantics*, Cambridge, MA, MIT Press, 1987
- GARDNER, Howard, *The Mind's New Science - A History of the Cognitive Revolution*, New York, Basic Books, 1985
- JACKENDOFF, Ray, *Consciousness and the Computational Mind*, Cambridge MA, The MIT Press, 1987
- JACKENDOFF, Ray, *Languages of the Mind*, Cambridge MA, The MIT Press, 1992
- KIM, Jaegwon, *Philosophy of Mind*, Oxford, Westview, 1996
- KRIPKE, Saul, *Wittgenstein on Rules and Private Languages*, Cambridge, MA, Harvard UP, 1982
- LAKOFF, George e JOHNSON, Mark, *Metaphors We Live By*, Chicago, University of Chicago Press, 1980
- LAKOFF, George, *Women, Fire and Dangerous Things - What Categories Tell Us about the Mind*, Chicago, University of Chicago Press, 1987
- LANGACKER, Ronald, *Foundations of Cognitive Grammar*, Stanford, Calif, Stanford University Press, 1986
- MIGUENS, Sofia, *As Ciências Cognitivas e a Naturalização do Simbólico*, Tese de Mestrado, Univ. Nova de Lisboa, 1995
- MIGUENS, Sofia, *Dennett, Millikan e o Telefuncionalismo*, Revista Portuguesa de Filosofia, LIV, 3-4, 1998
- MIGUENS, Sofia, Dennett e a IA, Intelecto 1, (<http://www.terravista.pt/Guincho/2644/colaboradores>), 1999
- MIGUENS, Sofia, *A mente segundo Chomsky*, Intelecto, (<http://www.terravista.pt/Guincho/2644/colaboradores>)
- MOURA, Vítor, Wittgenstein, A possibilidade do jogo transcendental, in *Diacrítica* 9, 1994

- PINKER, *The Language Instinct*, London, Penguin, 1994
- PUTNAM, H., Minds and Machines (1960), in S. Hook, ed., *Dimensions of Mind*, New York UP, 1960
- PUTNAM; H, The Nature of Psychological Predicates (1967) in PUTNAM; Hilary, *Mind, Language and Reality*, Philosophical Papers, vol. 2, Cambridge, CUP; 1975
- PUTNAM; The Meaning of Meaning, 1975, in PUTNAM; Hilary, *Mind, Language and Reality*, Philosophical Papers, vol. 2, Cambridge, CUP; 1975
- PYLYSHYN, Zenon, *Computation and Cognition*, Cambridge MA, MIT Press, 1984
- SEARLE, John, *A Redescoberta da Mente*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998
- SIMON, Herbert, *The Sciences of the Artificial*, Cambridge MA, The MIT Press, 1969
- TALMY, Leonard, Force Dynamics in Language and Cognition, *Cognitive Science*, 12, 49-100, 1988
- WITTGENSTEIN, Ludwig, *Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987
- ZILHÃO, António, *Linguagem da Filosofia, Filosofia da Linguagem- estudos sobre Wittgenstein*, Lisboa, Colibri, 1993

